



PENSANDO ÁFRICAS
E SUAS DIÁSPORAS
NEABI – UFOP

Pensando Áfricas e suas diásporas

www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricanas

NEABI – UFOP - Mariana/MG

Vol. 02 N. 01 – nov/dez 2016

Anais do IV Seminário Pensando Áfricas e suas diásporas

Angola-jaga ou Angola-pequena: a primeira experiência de estado-nacional?

Mbuta N. Zawua*

Resumo: Este ensaio faz uma análise da Confederação dos Quilombos de Palmares enquanto um Estado de configuração nacional e visa, por meio de um diálogo, a justaposição e contraposição das imagens e marcos/referências apresentadas por: Benedict Anderson, Anhtony D. Smith, Ernest Gellner, e Patrick J. Geray como condições necessárias para a existência e nascimento do Estado Nacional, nacionalismo e sua caracterização/configuração. Nossa indagação inicial é se “Palmares” representou ou não uma estrutura que poderíamos classificar como um Estado Nacional, de estrutura político-administrativa africana, transportada para as Américas pelos africanos escravizados, de origem Kongo-Angolana, visto que seu formato e estrutura política era encontrada na região africana amiúde, bem como esta foi narrada em todo o continente americano, do sul ao norte, do atlântico ao pacífico. Para tanto, este ensaio pretende investigar os discursos e narrativas em torno do nascimento do Estado Nacional, como apresentado hoje nas ciências sociais e humanas - em especial as históricas e políticas. Nestas, é apresentado como marco referencial a Revolução Francesa, e consequentemente, “des-legitima” a Confederação dos Palmares como uma primeira experiência de Estado Nação para nós.

Palavras-chave: África; Quilombo; Palmares; Nação.

Abstract: This essay analyzes the Confederacy of Palmares as a state of national configuration and aims, through a dialogue, to juxtapose and contrast the images and landmarks / references presented by: Benedict Anderson, Anhtony D. Smith, Ernest Gellner, and Patrick J. Geray as necessary conditions for the existence and birth of the National State, nationalism and its characterization / configuration. Our initial question is whether "Palmares" represented or not a structure that we could classify as a National State of African political-administrative structure, transported to the Americas by the enslaved Africans of Kongo-Angolan origin, since their format and political structure was found in the African region often, as well as it was narrated throughout the American continent, from the south to the north, from the Atlantic to the Pacific. For this, this essay intends to investigate the discourses and narratives about the birth of the National State, as presented today in the social and human sciences - especially the historical and political ones. In these, the French Revolution is presented as a landmark, and consequently "de-legitimizes" the Confederation of Palmares as a first experience of State Nation for us.

Keywords: Africa; Quilombo; Palmares; Nation.

O conde de Óbidos, Vice-Rei do Brasil, quando do ataque ao Quilombo dos Palmares, em 1659, assim determinou: “A povoação se abrasará e consumirá tudo de maneira que não

*Mestrando em Antropologia Social. Bolsista CNPq/PEC-PG 2011. FFLCH/USP. E-mail: nmz@usp.br

fique mais que as memórias de sua destruição, para último engano dos pretos* dessa Capitania” (MOTT, 1982, p. 58).

O conhecimento dos europeus, no século XIV, sobre África fora fruto e herança do período de dominação árabe-islâmica por oito séculos, naquele espaço geográfico europeu. Os europeus ao navegarem o Atlântico chegaram à África e encontraram sociedades de diversos tipos, naquele momento em processo de redefinição, na medida em que surgia em alguns pontos a organização do Estado. Exemplo: o Império-Reino do Kongo chova-se com algumas formações tradicionais, como no caso das formações baseadas no modo de produção de linhagem ou doméstico da qual os Mbundos faziam parte. Os Mbangalas-Imbangalas-Jagas, caçadores, iniciam a invasão do Kongo por volta de 1560. Considerados como povos terríveis, dominaram o “Kongo-Angola”: diferente de outros grupos étnicos, estes não criavam seus filhos, pois estes poderiam atrapalhá-los nos diversos deslocamentos que se faziam necessários. Matavam-nos ao nascer e adotavam os adolescentes de grupos diferentes que derrotavam em batalhas. Esta característica nômade dos imbangalas, acrescida da especificidade de sua formação social, pode ser reconhecida na instituição quilombo. A sociedade guerreira imbangala era aberta a todos os estrangeiros, desde que iniciados. Tal iniciação substituiu o rito de passagem das demais formações de linhagem. Esses povos invadiram o Império-Reino do Kongo e expulsaram da capital o Imperador-Rei, em 1569 (NASCIMENTO In: NASCIMENTO, Elisa (org), 1994, pp. 145-7).

A “resistência tenaz até a ferocidade”, segundo testemunhos contemporâneos, assinalava a reação de um quilombo a ser assaltado. Outra autoridade colonial considerava que “o ataque aos quilombos de pretos* fugidos não era cousa que se faça com meia dúzia de homens..., tão grandes eram as dificuldades encontradas pelos agressores dos quilombos. Constituindo um fator desestabilizador, os quilombos ameaçaram fundamentalmente os planos de exploração colonial, pelo que teriam animado muitas controvérsias entre os colonos. Como seria de esperar em resultados entre as duas partes, a reputação dos quilombos junto dos colonos era representada como a posição entre selvajaria e civilização, entre o caos e a ordem, entre o Mal e o Bem. Os habitantes dos quilombos eram rotulados de “bandidos”, “salteadores”, “demônios”, “feras”, prevalecendo imagens inequivocamente negativas e atribuindo-lhes uma natureza anti-social. Não é de desprezar o eventual contributo dos quilombos na instalação de um clima de perigo iminente entre os “brancos”, empolando a capacidade ofensiva dos escravizados* em certos momentos de crise: ressurgia, assim, a

síndrome das insurreições “mata-brancos”, uma versão do “medo branco” que se repercutiu ao longo do século XX em Angola e suas origens requerem estudo aprofundado. Enfim, será, então, possível detectar alguns paralelismos entre “kilombo” imbangala e os quilombos de fugitivos do século XIX? Tratam-se, em ambos os casos, de instituições transversais e transculturais onde predominavam as relações não-linhageiras, pelo que a identidade e a solidariedade entre seus membros tinham necessariamente de ser “inventadas” sobre compromissos, juramentos, regras e proibições (yijila). (FREUDENTHAL, 1999, pp. 17-8)

No caso brasileiro, fruto de encontros e explosões culturais identitárias afro-africanas¹, Palmares, herdeira da plantation, foi à síntese do que seria o Estado-nacional moderno. Os portugueses a chamaram de Angola-Janga e ou Angola-Pequena: o que fora no começo do século XVII simples refúgio de escravizados* era agora um conjunto de populações florescentes, compostas de comunidades espalhadas por um território de selva virgem que ocupava de norte a sul um vão de aproximadamente trezentos e cinquenta quilômetros (FREITAS, 1996, p. 15). Difícil assim decidir que nações pretas as promoveram, a que móveis imediatos obedeciam, quais os intuítos a que se propunham. Todavia, mesmo assim desconhecidas, de algumas se têm feito grandiosas epopeias da raça preta* e a mais sabida, sem dúvida a mais notável, dentre todas a que melhor escapou ao ingrato olvido dos pósteros e aquela que impropriamente se crismou é certamente a República de Palmares². As sociedades de que se revestiam todos os atos davam a medida real da importância do Estado³ preto*, *com o qual a colônia tratava agora como nação a nação*⁴, celebrando tratados de paz e recebendo com solenidade duas embaixadas. E, “observando-se a inter-relação entre Brasil e Angola, frente ao tráfico negreiro, não é difícil estabelecer conexão entre a história desta instituição na África (Kongo-Angola) e aqui (NASCIMENTO, 1994, pp. 145-7). Reza a tradição que o grupo de rebeldes fora de quarenta, mas qualquer que tenha sido o número, esse grupo constituiu o núcleo pioneiro da futura República de Palmares, um Estado preto* que resistiu até o final do XVII às necessidades encarniçadas às tentativas de destruição da Coroa portuguesa. Na Serra da Barriga, principiou em fins do século XVI, para acabar um

¹ Do ponto de vista filosófico, explosões culturais, são momentos de grande imprevisibilidade que levam ao florescimento de novas configurações no cenário das representações culturais. Muitas vezes são movimentações subterrâneas, quase invisíveis (MACHADO, 2007, p. 17).

² A socialidade, é preciso repetir, não é unanismo. Em resumo, a socialidade é sempre um misto de desejo e de animosidade; é uma provocação, um apelo ao porvir, uma iniciação que prepara uma integração (MAFFESOLI, 2005, pp. 89, 120-121).

³ O conceito de Estado pode ser definido como um conjunto de instituições autônomas, diferenciadas de outras instituições e que possuem monopólio legítimo da coerção e da coleta num determinado território (SMITH, 2001, p. 24).

⁴ Grifo nosso. Segundo (COBBAN apud SMITH, 2001, pp. 31, 69), a sua vontade é sempre legal, ela é a própria lei. O exercício de sua vontade é livre e independente de todas as formas civis. Seja como for que uma nação queira, basta que queira; todas as formas são válidas e sua vontade é sempre a lei suprema.

século depois, a gesta palmarina (FREITAS, 1996, p. 8). E ainda segundo Nascimento (1994, p. 148), se inferirmos, através da coincidência de datas, vamos notar que o Quilombo dos Palmares não deixa de ser fenômeno paralelo ao que está desenrolando em Angola no final do século XVI e início do século XVII. Talvez, seja este quilombo o único a se poder fazer correlação entre o quilombo, instituição angolana, e o quilombo no Brasil colonial. O auge da resistência Jaga se dá exatamente entre 1584 e meados do outro século, após o qual estas etnias se aliam ao esforço negreiro português. Neste momento se estrutura Angola-Jaga, conhecida como Quilombo dos Palmares no Brasil.

A primeira grande referência a quilombo que surge em um documento oficial português, de 1559. Mas, somente em 1740, em dois de dezembro, assustadas frente ao recrudescimento dos núcleos de população preta* livre do domínio colonial, depois das guerras do Nordeste no século XVII, as autoridades portuguesas definem, ao seu modo, o que significa quilombo: “toda a habitação de pretos* fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Dos primeiros quilombos brasileiros, no século XVII, sem dúvida Palmares se sobressai sem similar. Das notícias da época, a quantidade destes estabelecimentos está diretamente relacionada ao desmembramento deste grande Estado, que inaugura uma experiência singular na história do Brasil.⁵ Palmares não foi um acaso, fruto de uma herança político-militar Jaga. No ano de 1595, nasce o primeiro reduto palmarino, constituído por afro-africanos fugidos de um engenho pernambucano. No início do século XVII, mais precisamente em 1602, o Governador-Geral Diogo Botelho, ao desembarcar em Pernambuco, organizou a primeira expedição oficial contra os Palmarinos, chefiada por Bartolomeu Bezerra. Daí em diante, foram sessenta e seis expedições do governo aos Quilombos, contra trinta e um ataques dos pretos* nos engenhos e forças repressivas da Coroa. Compunham o Quilombo dos Palmares as seguintes cidadelas: Macaco, centro político-administrativo; Subupira, campo de treinamento; Amaro, Andalaquituche, Aquatulne, Acotirene, Tobocas, Zumbi, Osenga, Dambragança, e outros menores. Tais cidadelas ficavam, aproximadamente, há cem quilômetros da capital Macaco e do campo de treinamento. Esta descentralização, talvez, tenha sido tomada a fim de resguardar a integridade da população da “capital”. “Gostaríamos

⁵ NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e resistência cultural afro-brasileira.** In: NASCIMENTO, Elisa (org), 1994, pp. 147-8.

mesmo de saber se este procedimento levava também em conta um certo sentido de *nação** por parte destes quilombolas” (NASCIMENTO, In: RATTTS, 2007, p. 116).

Com uma população majoritariamente afro-africana, predominando o elemento banto, Palmares compunha-se também de índios, mamelucos, mulatos e brancos que geralmente eram soldados desertores, marginalizados ou lavradores expulsos das terras. Calcula-se que essa população tenha sido de 20 a 30 mil pessoas. Na cidade-estado, conhecida como Cerca Real do Macaco ou Serra da Barriga, localizava-se no Município de União dos Palmares, o maior por ser a Capital, havia aproximadamente 1.500 edificações e com cerca de nove mil habitantes. E suas “habitações não formam ruas, como em nossas cidades; estavam dispersas pelo meio de espaços de terrenos cultivados e cortados por diversos regados. Explicam-se, pois, as extensões de léguas, que são marcadas a essas cidades” (RODRIGUES, 1912, p. 239).⁶ E segundo (FREITAS, 1996, pp. 8 e 16), o elemento preto* sempre foi, bem entendido, majoritário em Palmares. Mas o contingente não-preto* aumentara muito: índios, mamelucos, mulatos, brancos. De fato, Palmares se constituía em asilo aberto a todos os perseguidos e deserdados da sociedade colônia. Os documentos coloniais tacham-nos de “criminosos”, mas seria errôneo dar um valor literal à impugnação. Há notícias, também de mulheres brancas que fugiam espontaneamente para o asilo selvático dos pretos*; uma prostituta trocou o cais do recife pela Serra da Barriga. O fato não deve causar admiração. Mesmo nos Estados Unidos, ainda no século XVII, era bastante comum a fuga de mulheres brancas irlandesas, escocesas e inglesas – reduzidas “induteres servants” – na companhia de pretos* e mulatos**. Havia outros motivos para que esses homens livres fossem viver entre os pretos*. No decurso da invasão holandesa, muitos se refugiaram nos Palmares para escapar às agruras de um conflito, em cujo desfecho não tinham maior interesse. Pequenos sesmeiros buscavam a subsistência entre os pretos* palmarinos a fim de fugir da miséria resultante do processo de concentração fundiária às mãos dos grandes proprietários. Mais tarde, soldados das expedições desertariam para os palmarinos. Nem mesmo os soldados pagos, em sua quase totalidade portuguesa, resistiriam por vezes à tentação da vida livre e farta de Palmares. É que nas comunidades pretas* reinava uma grande fartura, em vivo contraste com a perene miséria

⁶ Aqui Nina Rodrigues usa do que denominamos como mecanismos das coisas pequenas em termos psicossociais onde valoriza o Outro. Porém, com a intenção de o desqualificar o faz, neste caso, comparando as cidades palmarinas com as cidades ocidentais de seu tempo, séculos após Palmares. Desta forma silencia-se em relação ao que eram as cidades da Europa naquele mesmo século de Palmares, na sua maioria Vilas, com algumas casas e uma ou duas ruas, assim como a Manchester e Liverpool da industrialização. Para mais informações sobre as cidades europeias, consulte Eric Williams e Phillipe Haudrère: ver bibliografia.

alimentar do litoral. A abundância de mão-de-obra, o trabalho cooperativo e a solidariedade social havia aumentando extraordinariamente a produção. A laboriosidade dos palmarinos foi frequentemente reconhecida pelas autoridades portuguesas. “São grandemente trabalhadores”, lê-se numa crônica escrita por ordem do governador Pedro de Almeida. O governador Brito Freire referiu-se ao “trabalho e indústria dos pretos*”.

A Confederação dos Palmares herdeira de tradições africanas é o que podemos chamar de um Estado dentro de outro, apesar da não existência de um Estado português e ou brasileiro no período. De acordo com Furani (1996, p. 3), em Palmares as tradições Angola-Kongo claramente predominaram. Os residentes referiam-se a Palmares como Angola janga (pequena Angola). O ki-lombo, uma sociedade a qual qualquer homem podia pertencer por meio do treinamento e iniciação, servia àquele propósito. Encontra-se, pois, uma instituição designada para a guerra, a qual podia incorporar grande número de estranhos desprovidos de ancestrais comuns a um poderoso culto guerreiro. Devemos considerar os aspectos africanos de Palmares não como “sobreviventes” desincorporados de seu meio cultural original, mas como um uso muito mais dinâmico e talvez intencional de uma instituição africana na forma especificamente designada para criar uma comunhão entre povos de origens díspares e fornecer uma organização militar eficiente. Certamente, os escravizados* fugidos do Brasil adéquam-se a essa descrição⁷.

E como muitos Impérios, Reinos e Estados-nacionais, conhecidos apenas por registros históricos, a Palmares teve sua queda por desestruturação do poder central interno e após alianças de ex-militares palmarinos e a formação de exércitos e milícias de negros com as tropas portuguesas, entre 1694 - quando a capital palmarina Macaco é destruída (por um exercito poderosíssimo colonial de nove mil homens – brancos, mamelucos, índios e pretos); e 1736 quando da ocupação das terras palmarinas por determinação oficial portuguesa. Este exército somava ao todo – incluída a força de Domingos Jorge Velho – mais ou menos nove mil homens. Foi a maior expedição bélica do período colonial, uma vez que implicou

⁷ Assim, “o fato de que tem [sic] em todas as eras, em quase toda nação, existido uma nação dentro de nação – um povo que, embora constituindo parte e parcela da população ainda era, pela força das circunstâncias, conhecido peão posição peculiar que ocupava, sem formar de fato, pela privação da igualdade política com os demais, nenhuma parte e, quando muito, nada além de uma parte restrita do corpo político de tais nações, também é verdade. ... não por toda Europa, mas em quase todo o globo habitável, mantendo suas características nacionais, e olhando adiante com elevadas esperanças de ver o dia em que poderão regressar à sua posição nacional anterior de autogoverno e independência, seja em que parte do mundo habitável for... Tal é então a condição de várias classes da Europa; sim, nações, durante séculos no interior de nações, mesmo sem esperança de redenção daqueles que as oprimem. E por mais desfavorável que seja sua condição, não há nada que se compare à dos afro-africanos* (DELANY apud GILROY, 2008, pp. 71-72).

mobilização dos quadros coloniais militares de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia e Maranhão. Chega-se a mencionar um total superior. O historiador alagoano Moreno Brandão prevê um exército de onze mil homens, mas essa cifra é escassamente objetiva. Em todo caso, eram forças militares como nunca antes a colônia vira. Pode-se aquilatar sua importância à luz do fato de que os holandeses haviam conquistado Pernambuco com pouco mais de sete mil homens. Não foi senão nas lutas pela Independência que se chegou a reunir um exército de maior número, cerca de quatorze mil homens (ANDRADE, 1996, pp. 24, 31-5; 1993, pp. 1-23). Também é importante destacar que esta tradição de luta quilombista existiu e existe através de todas as Américas. Desde as primeiras décadas de 1500, africanos livres recusaram-se a se submeter aos horrores da escravidão europeia e formaram compactas comunidades que desataram contínuas e vitoriosas lutas armadas contra os colonizadores, isto durante séculos. No México, por exemplo, essas sociedades livres se chamaram Ciramarrones; em Cuba e Colômbia seu nome foi Paleque; na Venezuela denominavam-se Cumbe; na Jamaica e Estados Unidos, sociedades Marrons (MOURA, 1977; e PRINCE, 1973 apud NASCIMENTO, 1994, p. 202).

Da comunidade imaginada e sua condição nacional

Antes de iniciarmos a jornada em torno de Palmares, enquanto a primeira experiência de um Estado Nacional, devemos antes “ênfatizar que os navios eram os meios vivos através dos quais se uniam os pontos naquele mundo atlântico. Eles eram elementos móveis que representavam os espaços de mudança entre lugares fixos que eles conectavam”. Consequentemente, precisam ser pensados como unidades culturais e políticas em lugar de incorporações abstratas do comércio “*mundial*”.⁸ Eles eram algo – mais um meio para conduzir a dimensão política e, talvez, um modo de produção cultural distinto⁹ GIRLOY (2008, p. 60). E “a ideia de um organismo sociológico atravessado cronologicamente um

⁸ Inserido por nós, no original triangular.

⁹ Carta de um proprietário anônimo da Bahia (FREITAS, 1996, p. 12): “o Governo (...) olha para os batuques como um ato que obriga os pretos*, insensível e maquinalmente, de oito em oito dias, a renovar as idéias de aversão recíproca que lhes eram naturais e que todavia se vão apagando pouco a pouco com a desgraça comum; idéias que podem considerar-se como grande mais poderoso das cidades do Brasil, pois que se uma vez as diferentes nações da África se esquecerem totalmente da raiva com que a natureza os desuniu e então os Agomés vieram a serem irmãos com os Nagôs, o Gagôs com os Aussás, os Tapas com os Sentys, e assim a demais, grandíssimo e inevitável perigo então assombrará e desolará o Brasil. E desgraçados? Ora, pois, proibir o único ato de desunião entre os pretos* vem a ser o mesmo que promover o governo, indiretamente, a união entre eles, de que não posso ver senão terríveis conseqüências”.

tempo vazio e homogêneo é uma analogia exata da ideia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida, percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente. Um americano nunca vai conhecer e nem sequer saber o nome, da imensa maioria de seus 240 milhões de compatriotas. Ele não tem ideia do que estão fazendo a cada momento. Mas tem plena confiança da atividade constante, anônima e simultânea deles”. (ANDERSON, 2008, pp. 56-7)

A nação é uma comunidade política de pessoas historicamente constituída e estável, formada com base numa língua, território, vida econômica e características psicológicas que se manifestam numa cultura comum. Imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo soberana¹⁰, como vimos para as nações, são comunidades sentidas e vividas, cujos membros partilham uma pátria e uma cultura. Uma comunidade humana específica que ocupa uma pátria e possui mitos comuns e uma história partilhada, uma cultura pública comum, uma só economia e direitos e deveres comuns a todos os seus membros, os quais partilham uma pátria e uma cultura. (ANDERSON, 2008, pp. 10 e 32)

Para Smith (2006, pp. 23-6), “são comunidades sentidas e vividas, cujos membros partilham uma pátria e uma cultura”. Logo, a Nação tem de ocupar uma pátria sua, pelo menos por um período de tempo longo, para se constituir como nação; e, para aspirar ao estatuto de nação e ser reconhecida como nação, também precisa desenvolver uma cultura pública e desejar certo grau de autodeterminação.¹¹ Mais que inventadas, as nações são “imaginadas”, no sentido de que fazem sentido para a “alma” e constituem objetos de desejos e projeções, sendo “essa uma definição de caráter subjetivo, diferente de outras de caráter mais objetivos. Subjetiva porque, geralmente, abarcam um campo demasiado vasto de casos.

¹⁰ Para a abordagem semiótica, trata-se da constituição de sistemas de signos, que mesmo marcados pela diversidade, apresentam-se inter-relacionados num espaço cultural, estabelecendo entre si diferentes diálogos graças aos quais o choque se transforma em encontro gerador de novos signos. Por conseguinte, os encontros culturais são definidos como momentos explosivos, capazes de redirecionar o campo de forças em todos os níveis da conjuntura social. E do ponto de vista filosófico, explosões culturais, são momentos de grande imprevisibilidade que levam ao florescimento de novas configurações no cenário das representações culturais. Muitas vezes são movimentações subterrâneas, quase invisíveis (MACHADO, 2007, p. 17).

¹⁰ O estilhaçamento contínuo de si permite o surgimento de uma nova sintaxe coletiva: colocando em jogo a pluralidade negada pelo fantasma da unidimensionalidade, ele retorna com uma ordem complexa, mas orgânica, e geradora de toda socialidade. A socialidade, é preciso repetir, não é unanismo. Em resumo, a socialidade é sempre um misto de desejo e de animosidade; é uma provocação, um apelo ao porvir, uma iniciação que prepara uma integração (MAFFESOLI, 2005, pp. 89, 120-121).

¹⁰ O conceito de Estado pode ser definido como um conjunto de instituições autônomas, diferenciadas de outras instituições e que possuem monopólio legítimo da coerção e da coleta num determinado território (SMITH, 2001, p. 24)

¹¹ RENAN apud ANDERSON, 2008, p. 32.

Ao enfatizar o sentimento, a vontade, a imaginação e a percepção como critérios de nação e de pertença nacional, dificulta-se a distinção entre nações e outros tipos de coletividade, tais como as regiões, as tribos, as cidades-estados e os impérios, ou suscitam afinidades subjetivas. Objetiva porque enfatizam fatores objetivos como língua, religião e costumes, territórios e instituições. “Ora a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas”.¹²

Os palmarinos muito de comum tinham, como tinham também muito a esquecer. A principal marca a ser esquecida por todo o palmarino, assim como todo quilombola nas Américas, como em África – era a sua anterior condição de subjugado, de não cidadão e de sub-humano perpetuado pelos governos europeus e suas representações fora daquele território. E “em assembleia de que participavam todos os habitantes, escolhia-se pelo sistema de braço levantado um conselho composto de número indeterminado de pessoas. Este conselho, por sua vez, elegia um chefe, um “maioral” – dizem as fontes – investido de poderes que pareciam bastante amplos. Todavia, as declarações mais cruciais dependiam de consulta à assembleia popular. Comprova-se a existência de órgãos técnicos administrativos incumbidos de organizar e coordenar a vida coletiva. As crônicas rezam que uma lei punia com pena de morte o roubo, o adultério, o homicídio e a deserção. Porém, não se conhece nenhum documento que corrobore essas afirmativas (FREITAS, 1996, p. 13). Comunidade política, porque a condição nacional é o valor de maior legitimidade universal na vida política de nossos tempos, e fora para Palmares assim como para vários Estados pretos nas Américas. Imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conheceram, encontraram, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles, o Quilombo.

Limitada, porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais, existem outras nações. Assim, os palmarinos sabiam de suas limitações geo-políticas, visto que negociavam acordos de cessar fogo e de paz com o governo português. Tão pouco imaginavam ter a mesma extensão da humanidade. Nem mesmo os palmarinos messiânicos sonham com o dia em que todos os membros da espécie humana se unirão à sua nação, como, por exemplo, na época em que os cristãos podiam sonhar com um planeta totalmente cristão - sendo que “a

fonte de toda a soberania reside, essencialmente, na Nação: nenhum corpo de homens, nenhum indivíduo, pode exercer uma autoridade que não emane expressamente dela” (BAKER apud SMITH, 2006, p. 70). Imaginavam-se soberanos porque, assim que o sujeito entrava em um dos territórios palmarinos, se apresentava ao chefe de um dos Estados da Confederação, recebia, após o tempo de resguardo, a aceitação como membro nacional pertencente ao Quilombo. Logo, Palmares foi refúgio de paz, ansiado por todos aqueles em seu tempo que buscavam fugir dos maus tratos da coroa portuguesa. E a própria existência de Palmares estava destruindo a legitimidade dos reinos dinásticos hierárquicos de ordem divina africanos.

Desta realidade é que nasce a necessidade urgente de assegurar a própria existência do preto* como ser humano. Os Quilombos resultam dessa exigência vital dos africanos escravizados, de resgatar sua liberdade e dignidade fugindo ao cativo e organizando sociedades livres no território “brasileiro”.¹³ Aparentemente acidental e esporádico no começo, rapidamente transformou-se de improvisação, de emergência metódica e constante vivência, à humilhação e à violência do sistema escravista. Nós, os pretos**, temos como projeto coletivo a ereção de uma sociedade fundada na justiça, igualdade e no respeito a todos os seres humanos; uma sociedade fundada na liberdade, cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração e o racismo. O quilombo significa reunião fraterna e livre; encontro em solidariedade, convivência, comunhão existencial. A sociedade quilombola ou quilombista representa uma etapa avançada no processo humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico. O quilombismo tem seu ponto focal e seu pivô no ser humano, como ator e sujeito, dentro de uma visão de mundo em que a ciência constitui apenas uma entre outras vias de conhecimento, essa é à base da identidade nacional¹⁴ palmarina. (NASCIMENTO, 1994, pp. 201 e 206).

tiveram ao mesmo tempo, que apelar para o sincretismo religioso. A religião conspirava bem mais que a língua, como causa eficaz de discórdia. O sincretismo constituía, pois a única forma de conciliar malevolências religiosas oriundas da própria África. A religiosidade palmarina combinava fragmentos das crenças africanas e do cristianismo dos brancos (FREITAS, 1996, pp. 12-13).

¹³ Grifo nosso, visto que o Brasil como Estado-nacional é por séculos posterior à Palmares.

* No original, negros.

¹⁴ ...a nação como uma forma de cultura pública, em princípio, aberta a todos os membros da comunidade, ou a todos os cidadãos do “Estado nacional”. Como cultura, a nação dos nacionalistas é aquela cujos membros têm consciência da sua unidade cultural e da sua história e se empenham em cultivar a sua individualidade nacional nas línguas vernáculas, nos costumes, nas artes e nas paisagens, através de educação e das instituições nacionais (são as instituições nacionais que foram o gênio, caráter, os gostos e os costumes de um novo... que neles inspiram um amor ardente pela pátria)... (SMITH, 2001, pp. 54-55).

Conclusões

Os pretos sequestrados e traficados para as Américas, assim como brancos, índios e todo tipo de sujeito que ouviu falar da Confederação dos Palmares e que vivia subjogado sonhou um dia dentro de sua alma viver em Palmares. Logo, a Confederação dos Palmares foi a primeira experiência de Estado-Nacional. Muitos, dentro da normatividade eurocêntrica, alegaram que não se justifica tal afirmação, visto a época de Palmares (em especial, por ser este um Estado de afro-africanos sendo assim de pretos) e por sua localização geográfica dentro de um território do atual Brasil. Então, pergunto: existia já o Brasil, como o conhecemos hoje, com seus traços geopolíticos e contornos fronteiriços? E o atual território do Uruguai não fazia parte do pedaço dominado por Portugal? E ainda em nosso tempo, os países dentro de outros países, o que são se não Estados-nacionais? E a Europa, se não eram apenas reinos, muitos deles pobres e ruralizados!

Palmares foi uma comunidade de pessoas historicamente constituída, porque independentemente da desigualdade e da exploração efetiva que possa existir dentro dela, o quilombo é sempre concebido como uma camaradagem horizontal, o refúgio. O local, território ideal, livre, onde se podia dedicar às práticas culturais africanas e ao mesmo tempo uma reação militar ao regime escravocrata, refúgio onde a liberdade era praticada, “onde laços étnicos e ancestrais eram revigorados”. Certamente o quilombo exerce “um papel fundamental na consciência histórica dos pretos*”, (NASCIMENTO, 1979, p. 17) visto sua própria formação populacional de várias origens étnico-raciais, subjugada e avassalada em sua maioria oriunda de África, sequestrada, passando pelos primeiros momentos de formação da nova fraternidade. Iniciada nos percursos do interior de África para o mar, gestada nos navios negreiros e finalizada nas plantações: “*uma pequena nação em si mesma, tendo o seu idioma próprio, suas regras, regulamentos e costumes próprios*”, como nos informa Frederick Douglas. Formado de uma fraternidade que se tornou possível para todos aqueles subjogados pelas Coroas europeias, iniciada séculos antes no território africano com os Imbangalas. Tantos milhões de pessoas, se não tanto mataram, sobretudo morreram por essas criações imaginárias e limitadas, visto que os acordos entre o Estado colonial português e as

embaixadas palmarinas demonstram a importância da República preta e de seu reconhecimento como um Estado soberano e independente.¹⁵

Na República dos Palmares – pelo mesmo processo de despertar da realidade que viviam fora de África, os afro-africanos e demais grupos raciais subjugados e avassalados – empregaram suas autoconsciências e inventaram uma não multirracial. O autor propõe o entendimento do nacionalismo alinhando-o não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o procederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los. Ressaltando que o elemento que talvez mais catalisou e fez frutificar a busca de uma união significativamente à fraternidade, ao poder e ao tempo, foi o capitalismo editorial, que permitiu que as pessoas, em números sempre maiores, viessem a pensar sobre si mesmas e a se relacionar com a demais de maneiras, radicalmente novas. Segundo SMITH (2006, pp. 9-11, 20), o nacionalismo como uma ideologia, mas também como movimento social e linguagem simbólica, explora os seus significados, variantes e fontes. A ubiquidade do nacionalismo, o domínio que tem sobre milhões de pessoas em todos os continentes demonstra a sua capacidade de inspirar e de se insinuar no povo, de uma maneira que até aqui apenas as religiões tinham conseguido alcançar. Isto sugere a necessidade de prestar muita atenção ao papel dos elementos simbólicos na linguagem e na ideologia do nacionalismo, assim como aos aspectos morais, rituais e emocionais do discurso e da ação da nação. Nacionalismo é um movimento ideológico para alcançar e manter autonomia, a unidade e a identidade de um povo que alguns dos seus membros crêem constituir uma “nação real” ou potencial.

A inextricável mistura étnica¹⁶ teve consequências dramáticas na linguagem e na religião dos pretos* palmarinos. Precisavam remendar suas culturas esfarrapadas pelo tráfico. Antes do mais, não podiam adotar, sem desastroso sacrifício de unidades, uma das línguas nativas da África. Necessitam de uma linguagem comum. Como se elaborou a linguagem palmarina: um sincretismo linguístico, em que os elementos africanos tiveram um ascendente

¹⁵ Que de acordo RODRIGUES (1912, p. 247), as solenidades, de que se revestiram todos estes atos, davam a medida da real importância do Estado Preto*, com a qual a colônia tratava agora como de nação a nação, celebrando tratados de paz e recebendo com solenidade as duas embaixadas. Não se comportaria assim um governo forte com agrupamentos fortuitos de pretos* fugidos que se devem reduzir á obediência.

* No original, negro (s).

¹⁶ Uma comunidade humana com nome, ligada a uma pátria, com mitos e passado comuns, memórias partilhadas, um ou mais elementos de uma cultura comum e um certo grau de solidariedade, pelo menos entre as elites. A nação, mesmo nos casos em que teve origem numa etnia pré-existente, também se torna mais inclusiva, mais complexa e menos dependente da sua base étnica original (SMITH, 2001, pp. 26-27).

* No original, escravos.

decisivo, mas que incorporava, por igual, elementos do português e do tupi. “Falavam uma língua toda sua, às vezes, parecendo das Guiné ou de Angola, outras parecendo português e tupi, mas não é nenhuma dessas e sim outra língua”, reparou o governador Francisco de Brito Freire. Os brancos não entendiam essa linguagem sem auxílio de intérpretes. Todos os emissários enviados pelas autoridades coloniais a Palmares para consertar tréguas ou pazes, faziam-se invariavelmente acompanhar de “línguas”. As conversações entre o governador de Pernambuco e uma embaixada palmarina, no ano de 1678, no Recife, realizaram-se através de “línguas” (FREITAS, 1996, p. 12): “na aparência de língua – veículo em que para Palmares transportaram os pretos* as suas tradições de governo em África, como as suas crenças – esculpiu-se indelével na República dos pretos a influencia diretora dos pretos meridionais ou bantus”. Portanto, no século XVII, para pretos* chegados da África, não podia ser ele uma expressão absoluta e a partida da sua significação original e própria. De onde se apura e confirma a sua inspiração em crenças vivas dos pretos*, que constituíram e dirigiram Palmares, crenças que não podiam ser senão as de africanos bantus (RODRIGUES, 1912, pp. 253 e 256).

Palmares teve próprio território apesar de supostamente fazer parte ou estar dentro de um território já “nacional” (o Brasil não existia e o território que conhecemos como Brasil não é o mesmo do período da República Preta). Mesmo se fosse dentro de um território já nacional, seria normal existir assim, como existe em nossos dias nações dentro de nações. Com características psicológicas próprias, devido a sua condição de subjugado e ou avassalado, a população de Palmares manifesta sua cultura de forma comum. Era uma nação ou comunidade sentida e vivida, cujos membros partilham uma pátria e uma cultura típica: o palmarino lutava para manter sua república, homens e mulheres, pretos, índios, mamelucos, brancos formaram e lutaram pelo exército palmarino. Muitos morreram pelo amor a sua pátria, ao seu refúgio, onde viviam todos aqueles que passaram pela fronteira étnica, e criando assim um novo grupo. Tiveram seus direitos e deveres garantidos de forma comum aos demais cidadãos palmarinos, característica herdada dos imbangalas. E como toda comunidade humana específica que ocupa uma pátria e possui mitos e uma história partilhada, uma cultura pública comum, e uma só economia. E dentro de suas múltiplas filiações identitárias, os palmarinos constituíram Palmares, a República voluntária¹⁷ formada por elementos

¹⁷ Na concepção “voluntarista” da nação, os indivíduos têm alguma liberdade; embora pertençam obrigatoriamente a uma nação num “mundo de nações” e de Estados nacionais: em princípio, podem escolher a que nação desejam pertencer. (SMITH, 2001, p. 63)

diaspóricos. Sendo um estado poliétnico, visou a construção de uma nação unificada (não homogênea), onde a etnicidade de seus diferentes elementos fora acomodada por meio de medidas de acomodação e integração. Para Furani (1996, p. 3), nesse contexto, não é de se estranhar as referências ao catolicismo em Palmares, nem à presença de mouros, brancos e índios no quilombo, presenças cuja inserção no ki-lombo imbangala seria impensável. Segundo diversos estudiosos, as perseguições às colônias fariam com que Palmares pudesse atrair uma pletera de grupos marginalizados pela ordem vigente. Este caráter multiétnico deriva, em parte, da situação histórica e estratégica de Palmares. Portanto identificavam-se

com uma variedade de filiações coletivas, famílias, categorias do gênero, regiões grupos, profissionais, partidos, religiões e etnias - e, outra, muitas vezes com bastante facilidade. Portanto, cada um de nós tem múltiplas identidades, desde o círculo muito íntimo da família até ao círculo mais vasto da humanidade; e além disso, numa sociedade livre muitas destas identidades vão-se tornando cada vez mais simbólicas e opcionais. Mas, tal equivale a encarar as identidades coletivas apenas do ponto de vista de cada membro. Também é possível pensar tais identidades como coletividades culturais e, em alguns casos, como comunidades definidas por memórias e mitos comuns, valores e símbolos comuns (GANS, OKAMURA, HALL, e ERIKSN apud SMITH, 2006, p. 33).

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Mário Edson F. “Do Quilombo à fundação Palmares”. Brasília: MINC, 1993.
- _____. “O Quilombo dos Palmares” In: *Carta, Falas, Reflexões, Memórias: informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro*. Brasília, 1994, pp. 31-36.
- FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- _____. *Zumbi dos Palmares*. Luanda: Ministério da Cultura, 1996.
- FREUDENTHAL, Aida. *A recusa da escravidão: quilombos de Angola no século XIX*. Luanda: Ministério da Educação e Cultura, 1999.
- GELLNER, Ernest. *Dos nacionalismos*. Lisboa: Teorema, 1994.
- GERAY, Patrick J. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Conrad, 2005.
- GILROY, Paul. *O atlântico negro*. 2ª. Ed. São Paulo: Editora 34, 2008.
- HURDRÈRE, Phillipe. *O grande comércio marítimo do século XVII – os europeus e o espaço marítimo*. Lisboa: Europa-América, 2000.

MAFFESOLI, Michel. *Sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia*. Porto Alegre: Zouk, 2005.

MARQUES, João Pedro. *Revoltas escravas – mistificações e mal-entendidos*. Lisboa: Guerra & Paz, 2006.

MOTT, Luiz R. B. “A Revolução dos negros do Haiti e o Brasil”. In: *História: Questões & Debates*. Curitiba 3(4): 55-63, Jun. 1982.

MOURA, Clóvis. “O negro após abolições”. In: *Revista de História e Arte*. Belo Horizonte, 10, pp. 45-64, 1977. C

NASCIMENTO, Abdias. “O quilombismo: uma alternativa política afro-brasileira”. In: NASCIMENTO (org) SANKOFA, v 1. Rio de Janeiro: SEAFRO, 1994, pp. 197-223.

NASCIMENTO, Beatriz. “O conceito de quilombo e a resistência cultural afro-brasileira”. In: NASCIMENTO (org). Sankofa, v. 1. Rio de Janeiro: SEAFRO, 1994, pp. 142-158.

_____. *Kilombo e memória comunitária; um estudo de caso*. Trabalho apresentado na reunião do GT “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”. Rio de Janeiro, 29 a 31 de outubro de 1980.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social*. São Paulo: Edusp, 2008.

RATELBAND, Klaas. *Os holandeses no Brasil e na costa africana, Angola, Kongo e S. Tomé (1600-1650)*. Lisboa: Veja, 2003.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica – sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

RODRIGUES, Nina. “A tróia negra: erros e lacunas da história de Palmares”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 75 (125): 231-258, 1912.

SMITH, Anthony. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gravida, 1997.

_____. *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2006.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

TURLEY, David. *História da escravatura*. Lisboa: Teorema, 2002.